



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

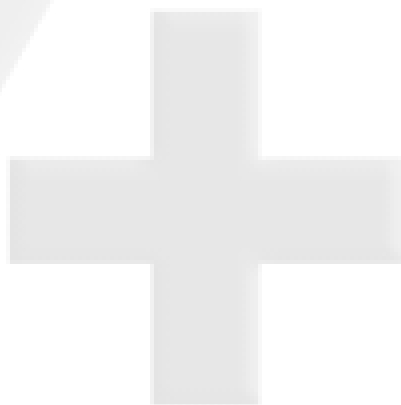
Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PECANHA

Município: PEÇANHA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	22
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	22
VIII - CONCLUSÃO	22
IX - FOLHA DE ASSINATURA	24





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PECANHA

CPF/CNPJ: 11.676.062/0001-34

Município/UF: PEÇANHA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PECANHA

CPF/CNPJ: 11.676.062/0001-34

Município/UF: PEÇANHA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: OUTUBRO/2019 A SETEMBRO/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	08/07/2021	13/09/2021
Execução - In loco	14/09/2021	16/09/2021
Relatório	20/09/2021	11/10/2021

Tarefa Nº: 131527

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

I - Fator desencadeante:

Despacho nº 172/2021/SES/AUDSUS solicitando Auditoria Programada no município de Peçanha, em atendimento ao Plano Anual de Auditorias, que propõe a realização de auditorias nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, após a publicação da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768 de 22 de agosto de 2018.

II - Objetivo e Escopo da Auditoria:

Avaliar se o Componente Municipal de Auditoria, o Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação e o Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha estão adequadamente organizados para atender as atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação, auditoria e pagamento dos prestadores tendo em vista a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.



III- Característica do Objeto da Auditoria:

Peçanha é um município do interior de Minas Gerais, região Sudeste do país, localiza-se na mesorregião do Vale do Rio Doce com população estimada (2020) de 17.537 habitantes, de acordo com IBGE, faz fronteira com os municípios de Cantagalo, São João Evangelista, Virgolândia e Coroadi. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Peçanha conforme o PDR (ajuste 2018/2019), pertence à Macrorregião Leste (polo macrorregional Gov. Valadares) Microrregião Multipolar Peçanha/São João Evangelista à qual pertencem os municípios: São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, Frei Lagonegro, Paulistas, Cantagalo, São João Evangelista e Peçanha. A SMS detém a gestão de seus prestadores de acordo com Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.988, de 21 de agosto de 2019, com efeitos financeiros a partir de out/19. Conforme o CNES, verificado em 13/8/21 a sua rede de assistência SUS é composta pelos serviços a seguir listados: um CAPS; uma Farmácia de Minas; um Setor de Vigilância Epidemiológica; uma unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência (Central de Regulação Macro Leste) - gestão estadual; um Centro Saúde Dr José Pinto Rocha com uma ESF/ESB; um PSF Dr Manoel Tomaz da Fonseca com uma ESF/SB; uma UBS Dr Raimundo Eusébio Leão com duas ESF (sendo uma ESF Alvorada) e uma ESB, uma ENASFP II; uma UBS PSF Iaiá Perpetuo com duas 2 ESF (sendo uma ESF Taquaral) e uma ESB; um Hospital de referência microrregional - Hospital Santo Antônio - hospital geral, fundação privada contratada pelo município - Contrato nº214/2019, ofertando Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - CNES: 2103257, com 34 leitos destinados ao SUS sendo assim distribuídos - 7 pediatria clínica e 2 cirúrgica, 4 obstetrícia clínica, 8 cirurgia geral, 13 clínica geral e 10 leitos complementares SUS (UTI II Adulto-Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG-COVID-19) e a SMS com serviços de Vigilância a Saúde e outros. A SMS é consorciada ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Suaçuí – CISVAS.

IV - METODOLOGIA

Metodologia

I - Fase Analítica:

Análise do processo SEI nº 1320.01.0063352/2021-89;

Análise das Matrizes de Análise de Informação e de Coleta de Informação;

Análise do CNES do Município de Peçanha;

Leitura da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768 e Anexos;

Elaboração da minuta do Comunicado de Auditoria;

Elaboração dos Termos de Entrevistas;

Elaboração do Cronograma de Auditoria;

Participação da Videoconferência para alinhamento das ações.

II - Fase Operativa:

Reunião com o Gestor e seus assessores no dia 14/9/2021 para esclarecer sobre o motivo da auditoria, apresentação da equipe e recebimento da documentação solicitada em ofício (faltosa);

Análise da documentação do Controle, Regulação e Avaliação; Componente Municipal de Auditoria e Fundo Municipal de Saúde;

Oitivas com o Gestor, com a responsável pelo Controle, Regulação e Avaliação e com servidores das Unidades Básicas de Saúde;

Reunião de encerramento com o Gestor e assessores e assinatura do Termo de Auditoria no dia 16/9/2021.

Limitação: Durante a fase operativa da auditoria verificou-se que não foram encaminhados varios documentos solicitados e que foram enviados por emails pela SMS/Peçanha e outros não foram enviados.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 635610

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: Não existe Componente Municipal de Auditoria implementado.

Evidência: Em visita à Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha verificou-se que a mesma não possui: Componente Municipal de Auditoria criado por Lei, Regulamento, registro no organograma da secretaria do CMA, espaço físico definido e equipe mínima para o desenvolvimento das ações, recursos físico e materiais para o desempenho das atividades. Tal fato está em desacordo com a DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Observação; Decreto nº 1.651/1995, art. 1º, art. 4º § 3º; Lei nº 8.689/1993, art. 6º § 2º; Manual - Orientação para Implantação do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA Volume 3 - Brasília/DF MS/2014 - Capítulo 4, pag. 28.

Fonte da Evidência: Visita in loco nos dias da auditoria - 14 a 16/9/21; Termo de Auditoria assinado pelo gestor de saúde no dia 16/9/21 e organograma da SMS/Peçanha.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SMS 069 de 15/08/2022, o representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. C. A. P., se manifestou na defesa preliminar - "Nesta data está sendo implantado o Núcleo de Regulação do Sistema Municipal de Saúde, nele contendo: Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria. Foi designada a servidora F.E.L.C.V. para Coordenação deste Complexo. Um médico já responde interinamente pela Superintendência de Controle, Avaliação, Dr. N..J.P. CRM 15283-MG, um médico responde pela Regulação, Central do SUS/FACIL, Dr. J.A.C., CRM 24031-MG e, estamos na busca do médico Auditor." 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: O auditado demonstrou interesse em corrigir a não conformidade no momento em que informa que será implantado o Núcleo de Regulação do Sistema Municipal de Saúde, com designação de servidores. Contudo não apresentou quaisquer documentos que comprovasse o alegado na defesa preliminar, alegou que ainda não têm o profissional auditor médico. Não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a inconformidade propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Implantar e implementar o Componente Municipal de Auditoria de acordo com a DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Observação; Decreto nº 1.651/1995, art. 1º, art. 4º § 3º; Lei nº 8.689/1993, art. 6º § 2º; Manual - Orientação para Implantação do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA Volume 3 - Brasília/DF MS/2014 - Capítulo 4, pag. 28.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 642626

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria não realiza ações de auditoria.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Em visita a SMS de Peçanha análise documental verificou-se que não existe nenhuma ação de auditoria realizada nos prestadores de serviço, (processos de auditoria e relatórios) mesmo tendo sido realizadas por profissionais não designados para a função.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651 de 28/10/1995, Art. 2º; Art. 10º; Manual de Auditorias do SUS- Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, Item 3.9 e 3.12; Resolução CIT Nº 4/2012, 4.1, 'q' e 'r'; Deliberação CIB-SUS/MG mNº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Incisos VII e IX.

Fonte da Evidência: Visita in loco nos dias da auditoria - 14 a 16/9/21;
Termo de Auditoria assinado pelo gestor de saúde no dia 16/9/21.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SMS 069 de 15/08/2022, o representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. C. A. P., se manifestou na defesa preliminar - "Nesta data está sendo implantado o Núcleo de Regulação do Sistema Municipal de Saúde, nele contendo: Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria. Foi designada a servidora F.E.L.C.V. para Coordenação deste Complexo. Um médico já responde interinamente pela Superintendência de Controle, Avaliação, Dr. N.J.P. CRM 15283-MG, um médico responde pela Regulação, Central do SUS/FACIL, Dr. J.A.C., CRM 24031-MG e, estamos na busca do médico Auditor." 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não existe médico auditor para realizar ações de auditoria e nem foram apresentadas justificativas com documentos para afastar a inconformidade propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Realizar ações de auditoria de acordo com o Decreto nº 1.651 de 28/10/1995, Art. 2º; Art. 10º; Manual de Auditorias do SUS- Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, Item 3.9 e 3.12; Resolução CIT Nº 4/2012, 4.1, 'q' e 'r'; Deliberação CIB-SUS/MG mNº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Incisos VII e IX.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635616

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Alimentação de Sistemas Informatizados

Constatação: A Secretaria Municipal da Saúde realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados nos sistemas de informação do SUS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS registra a produtividade das entidades de saúde do município nos sistemas de informações do SUS (SIA e SIH), com o produzido aprovado e conforme com as FPO analisadas. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação (PRC) MS/GM Nº2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI e Art.10, § 3º, Inc.XII; Resolução (Res.) CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. alínea "h"; - Deliberação (Del.) CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: Relatórios dos processamentos atualizados do SIA e SIH SUS - jan,abr e jul/2021(SIA-Lab.prótese dentária, SIA-APAE, SIA-Lab.BIO, SIA-tomografia, SIH-Hosp.Peq.) e FPO correspondentes.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635617

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Evidência: Em visita à Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha, entrevista com a Chefe do Setor de Serviço de Controle Avaliação e Regulação-F. E. L. C. V., verificou-se que a SMS não possui Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas elaborados e em utilização. A chefe do Serviço de Controle Regulação e Avaliação declarou que a SMS não dispõe desses instrumentos. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. 'E'; Norma Complementar: GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.7.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da Chefe do SCAR, F. E. L. C. V. no dia 16/09/2021;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Elaborar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais conforme a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. 'E'; Norma Complementar: GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.7.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635618

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha e entrevista com a chefe do Serviço de Controle Avaliação e Regulação verificou-se que a SMS não dispõe e consequentemente não utiliza Protocolo de Regulação do acesso para os usuários, em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'f'; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 8º, §1º, inciso IV; GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE -Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.6.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da chefe do SCRA, F. E. L. C. V. em 16/09/2021(35570845)

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 069/2022 da Secretaria Municipal de Peçanha, datado de 15/8/221, o Sr.C.A.P. (representante legal da Secretaria Municipal), se manifestou - "O Coordenador de Transporte Logística foi informado, capacitado e os primeiros protocolos de acesso, estão sendo cumpridos, de acordo com Portaria nº. 55, de 24 de fevereiro de 1999, dispõe sobre a rotina do tratamento fora de domicílio no Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



específicos na tabela de procedimentos do sistema de informações ambulatoriais do SIA / SUS e dá outras providências."

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não foram apresentados os protocolos para o atendimento dos indivíduos com as doenças, para afastar a não conformidade, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Elaborar e utilizar protocolos de regulação de acesso de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'f'; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 8º, §1º, inciso IV; GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE -Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635619

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Em visita à Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha e entrevista com a Chefe do Setor de Controle Avaliação Regulação e Auditoria da SMS de Peçanha e entrevista com 14 servidoras das Unidades de Saúde Dr. José Pinto Rocha, UBS Iaia Perpétuo, Dr. Manoel Tomás da Fonseca, Dr. Raimundo Eusébio Leão, verificou-se que não há capacitação de forma continuada para as Equipes das Unidades de Saúde. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1.º, Inciso VII.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da Chefe do SCAR, Sra. F. E. L. C. V. no dia 16/09/2021.(35570845); Termos de Entrevistas das Servidoras A.P.M.C, J.P.R, I.M.C.C, C.K.R.C, T.M.N.S, G.A.B, G.V.A, V.M.L,C.B.O., C.L.B, A.R.G, M.S.C, A.N.G.S, E.A.B em 14/09/2021 e 15/0921.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Capacitar de forma permanente as equipes das unidades de saúde conforme a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1.º, Inciso VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635620

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Em visita à Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha, entrevista com a Chefe do Serviço de Controle Avaliação de Regulação, verificou-se que a equipe do referido serviço, não é capacitada de forma continuada. Segundo a chefe do Serviço, nunca houve capacitação da equipe de Regulação. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da Chefe do SCAR- F. E. L. C. V. no dia 16/09/2021.(35570845)

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Capacitar as equipes de Regulação, Controle e Avaliação de forma permanente conforme a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635621

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Em visita à Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha entrevista com a Chefe do Setor de Controle Regulação e Avaliação -F.E.L.C.V., que relatou que o acesso dos usuários do município aos serviços ambulatoriais e hospitalares se dá através da secretaria municipal de saúde; através das ESF; e do próprio hospital; por meio de encaminhamentos médicos; com marcações feitas em agendas e planilhas; nas ESF os registros dos atendimentos da atenção básica são feitos no prontuário eletrônico VIVVER; os medicamentos atendidos na Farmácia de Minas e exames são acatados conforme solicitação e avaliação médica; os atendimentos são de acordo com a disponibilidade ofertada e com ordem de chegada, alguns agendados e outros na planilha, e nas urgência o médico telefona e o atendimento é priorizado. Na análise por amostragem de documentos do ano de 2021 (jan, abr e jul); verificou-se que existe um monitoramento da entrada dos usuários locais aos serviços especializados no município (listas de espera, agendas de marcação), mas não têm protocolos clínicos e de regulação de acesso no setor de regulação. Tal fato está em desacordo com a Res. CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., Alínea "j"; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II.

Fonte da Evidência: Termo de entrevista com a Chefe do SCRA Avaliação e Regulação-F.E.L.C.V.;planilha tomografia atendimentos locais e outros municípios; Rels. SIA Lab. Protese Dent.; Rels. SIA APAE/Peç.; relação SUSFÁCIL referenciados e locais; lista CAPS recepção; rel. SIH abr/21 (atendimentos ambulatoriais no Hosp.Peç.); agendas para exames



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



laboratoriais.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 069/2022 da Secretaria Municipal de Peçanha, datado de 15/8/221, o Sr.C.A.P. (representante legal da Secretaria Municipal), se manifestou, - "Os servidores tiveram o primeiro módulo do Curso de Controle, Avaliação, Regulação e auditoria no SUS, ministrado pela Assessoria - Curso em forma de Oficinas de projeto, onde estão sendo construídos os fluxos/linhas guias, apresentação da rede assistencial (suas referências). O curso está projetado dentro do modelo/conteúdos MS. A equipe atual conta com servidores que realizam a inserção dos dados produzidos pela assistência, monitoramento do faturamento / FPO. Há servidor designado para marcação das consultas e controle das referências para os prestadores, sendo eles: a) I.S.M., marcação de consultas, exames e procedimentos Micro Peçanha / São João Evangelista: b) I.M.S., marcação de consultas, exames e procedimentos Micro Peçanha / São João Evangelista: c) C.O.C., marcação de consultas, exames e procedimentos Secretaria Municipal de Peçanha: d) L.A.A.S., marcação de consultas, exames e procedimentos Secretaria Municipal de Peçanha: e) A.C.S., controle das referências para os prestadores / monitoramento da FPO". 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: O auditado não encaminhou comprovação de participação de servidores no Curso e nem as designações dos membros dessa equipe, que controlará o acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.Considerando que não foram apresentadas justificativas com documentos por parte da auditada, para afastar a não conformidade, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Considerando que não foram apresentadas justificativas com documentos por parte da auditada, para afastar a não conformidade, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território de acordo com a Res. CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., Alínea "j"; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 635622

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, por meio da oitiva da responsável pelo SCRA-F.E.L.V. e análise de documentos (planilha de usuários encaminhados a outros municípios: BH-SISREG, VVIVER-GV, DCAA-GV, NEO-GV; planilha TFD-BH; agendas com controle de encaminhamentos pacientes para GV e BH) do ano de 2021(jan/abr e jul) fornecidos pela SMS/Peçanha-SCRA verificou-se que o setor não controla/regula/monitora a referência e acesso de seus moradores ocorrida em outros municípios, pois não existem protocolos clínicos e nem de regulação de acesso no setor de regulação. Tal fato está em desacordo com a Res. CIT nº04/2012, Anexo I, Item 4.1., Alínea "g" e PRC Nº2/2017, Anexo XXVI, Art.10, § 3º, Inc.IV.

Fonte da Evidência: Planilha de usuários encaminhados a outros municípios (BH-SISREG, VVIVER-GV, DCAA-GV, NEO-GV);planilha TFD-BH;agendas com controle de encaminhamentos pacientes para GV e BH; Termo de entrevista



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



da chefe do SCRA-F.E.L.V..

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 069/2022 da Secretaria Municipal de Peçanha, datado de 15/8/2021, o Sr.C.A.P. (representante legal da Secretaria Municipal), se manifestou, -"Os servidores tiveram o primeiro módulo do Curso de Controle, Avaliação, Regulação e auditoria no SUS, ministrado pela Assessoria - Curso em forma de Oficinas de projeto, onde estão sendo construídos os fluxos/linhas guias, apresentação da rede assistencial (suas referências). O curso está projetado dentro do modelo/conteúdos MS. A equipe atual conta com servidores que realizam a inserção dos dados produzidos pela assistência, monitoramento do faturamento / FPO. Há servidor designado para marcação das consultas e controle das referências para os prestadores, sendo eles: a) I.S.M., marcação de consultas, exames e procedimentos Micro Peçanha / São João Evangelista: b) I.M.S., marcação de consultas, exames e procedimentos Micro Peçanha / São João Evangelista: c) C.O.C., marcação de consultas, exames e procedimentos Secretaria Municipal de Peçanha: d) L.A.A.S., marcação de consultas, exames e procedimentos Secretaria Municipal de Peçanha: e) A.C.S., controle das referências para os prestadores / monitoramento da FPO". 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: O auditado não encaminhou a comprovação de participação dos funcionários no Curso e as designações dos membros dessa equipe, que controlará as referências de seus municípios conforme PPI. Considerando que não foram apresentadas justificativas com documentos por parte da auditada, para afastar a não conformidade, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Controlar a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI de acordo com a Res. CIT nº04/2012, Anexo I, Item 4.1., Alínea "g" e PRC Nº2/2017, Anexo XXVI, Art.10, § 3º, Inc.IV..

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 635730

Subgrupo: Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, por meio da oitiva da responsável pelo SCRA-F.E.L.C.V. que relatou que o acesso dos usuários referenciados por outro município é de acordo com a disponibilidade da PPI, que os encaminhamentos chegam via e-mail na Regulação, o fluxo é por ordem de chegada e os registros são feitos em planilhas. Na análise de documentos verificou-se que a secretaria garante a pactuação feita na PPI aos municípios referenciados (Cantagalo, Frei Lagonegro, Jacuri, Paulistas, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí). A média complexidade ambulatorial e hospitalar é atendida no próprio município e ou encaminhada para BH e Gov. Valadares. Tal fato está de acordo com a PRC Nº2/2017, Anexo XXVI, Art.10, §3º, Inc.V.

Fonte da Evidência: Oitiva da responsável pelo SCRA-F.E.L.C.V.; PPI/2021 (jan,abr e jul) município de atendimento Peçanha com os municípios de origem; listagem de agendamento das demandas e atendimentos com os nomes de usuários referenciados para Peçanha; produção ambulatorial de Peçanha segundo município de residência; movimento de AIH e Hosp Sto Antonio de Peçanha - segundo município de residência com planilha entregue pela SMS (<http://portalmg.susfacil.org.br> DATA: 16/09/2021); planilha Programa VIVER com os procedimentos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



referenciados de outros municípios.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 635743

Subgrupo: Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O SCRA participa da elaboração e revisão da PPI.

Evidência: Em visita à Secretaria municipal de Peçanha, entrevista com a chefe do setor de Controle Regulação e Avaliação e análise documental verificou-se que no ano de 2020 até o momento, as reuniões da CIR/CIRA para elaboração e revisão periódica da PPI foram realizadas por videoconferência. O último remanejamento foi realizado em abril de 2021 conforme documento apresentado pela SMS quando na oportunidade o município remanejou procedimentos com finalidade diagnóstica, de Belo Horizonte para Governador Valadares. De acordo com a entrevistada as revisões/remanejamentos são quadrimestrais. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10 § 3º, X.

Fonte da Evidência: Relatório SUSfácil de Remanejamento da PPI extraído do www.susfacil.mg.gov.br no dia 16/09/2021 (35503714) Ata e Lista de Presença da reunião da CIR de maio de 2021(35608698).

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636947

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O SRCA realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha, entrevista com a chefe do S.C.R.A. e análise documental (PPI 2021- Peçanha referencia para - jan,abr e jul de 2021) verificou-se que S.C.R.A. realiza adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. A secretaria não necessitou de adequação ou compras de serviços em 2021, porque o que ela possui atende a necessidade do usuários; sendo que existe um hospital, uma tomografia, um laboratório de análises clínicas e prótese dentária, e em sua PPI tem a maioria das referencias para BH e Gov. Valadares.Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 8º, parágrafo 1º, inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de entrevista com a responsável pelo S.C.R.A. - F.E.L.C.V., no dia 16/8/21; PPI 2021- Peçanha referencia para(jan,abr e jul -2021).

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635850

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

Evidência: Em Visita à SMS de Peçanha verificou-se que existe uma caixa para receber reclamação ou sugestão, na portaria da Secretaria e também disponibilizam aos usuários o site da Ouvidoria Geral do Município, para receberem denúncias, solicitação de informações e reclamações, estando de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XVI, Art. 4º, inciso IX.

Fonte da Evidência: Foto da caixa para sugestões e reclamações tirada no dia 15/09/2021(35620363); Site da Ouvidoria Municipal (<https://www.pecanha.mg.gov.br/principal>) (35622328)

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636948

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O SRCA define a programação físico financeira por estabelecimento de saúde.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha, entrevista com a responsável pelo SCRA e análise do Espelho da FPO dos estabelecimentos (Hosp., Lab. Bio, Tomografia, Lab. prótese) dos meses de janeiro, abril e julho de 2021, verificou-se que o SRCA define junto com o prestador contratado a programação físico financeira, estando de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, "h"; Deliberação CIB/SUS/MG Nº 3349, de 17 de março de 2021, Anexo único, Inciso III.

Fonte da Evidência: Programação físico financeira por estabelecimento de saúde no município de 2021 (jan, abr e jul) - Hosp. Peçanha, Lab.Bio, Tomografia, Lab. prótese; entrevista com a chefe do SCRA-F.E.L.C.V. no dia 16/9/21.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635780

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Os profissionais que autorizam as AIHs não cumprem os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha e entrevista com a chefe do Serviço de Controle Regulação e Avaliação verificou-se que não existe o médico autorizador de AIHs nomeado pelo Gestor. De acordo com a entrevistada, quem autoriza as AIHs é o Gestor e o médico do Hospital prestador. A SMS não apresentou à Equipe, os Espelhos de AIH. Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - item 4.3 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1 'h'; Deliberação CIB/SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da chefe do serviço de SRCA, Sra. F. E. L. C. V. em 16/09/2021;
Termo de Auditoria do dia 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Orientar os profissionais que autorizam as AIHs para que cumpram os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - item 4.3 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1 'h'; Deliberação CIB/SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635791

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Não existe profissional de nível superior da área de saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha e entrevista com a chefe do Serviço de Controle Regulação e Avaliação verificou-se que o autorizador de APACs é o próprio Gestor e não existe profissional de nível superior designado para isso. Tal fato esta em



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



desacordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro de 2012, item 2.5 - aprovado pela Portaria GM/MS 396/2000, Artigos 1º e 2º - link para acessar o Manual: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_sistema_informacao_hospitalar_sus.pdf; Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349, de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da chefe do SCRA, Sra F. E. L. C. V. no dia 16/09/2021;

Termo de Auditoria do dia 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Designar formalmente um profissional de nível superior da área de saúde para autorização de APAC conforme o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro de 2012, item 2.5 - aprovado pela Portaria GM/MS 396/2000, Artigos 1º e 2º - link para acessar o Manual: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_sistema_informacao_hospitalar_sus.pdf; Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349, de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação Constatação Nº: 635865

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC tanto para casos eletivos como para as urgências.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha e entrevista com a Chefe do Serviço de Controle Avaliação e Regulação verificou-se que as AIHs de Urgência são autorizadas no prazo de 48h e para as APACs e AIH Eletivas, não é estabelecido prazo máximo para as autorizações. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, art. 7º.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da chefe do SCAR, F. E. L. C. V. em 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Estabelecer o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC tanto para casos eletivos como para as urgências conforme a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, art. 7º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635869

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio de ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha verificou-se que o serviço de Controle e Avaliação não possui médico autorizador de AIH e APAC designados pelo Gestor, não apresentou documentos que comprovem monitoramento e avaliação dos procedimentos realizados por outros prestadores, em desacordo com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I Item 4.1, 'n'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso VI; Portaria de Consolidação nº 2/2017, XXVI, Art. 4º inciso VI e VIII e Art. 10º, § 3º, inciso XI.

Fonte da Evidência: Termo de Auditoria assinado pelo Gestor C.A.P. no dia 16/09/202. (35571018)

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Monitorar, fiscalizar e avaliar a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio de ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial de acordo com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I Item 4.1, 'n'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso VI; Portaria de Consolidação nº 2/2017, XXVI, Art. 4º inciso VI e VIII e Art. 10º, § 3º, inciso XI.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 635810

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: Não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS e do hospital contratualizado para todas as Unidades Hospitalares Prestadoras de Serviço.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha verificou-se que não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização do hospital prestador, consequentemente não foi objeto de publicação no Diário Oficial e não há monitoramento das ações e serviços



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de saúde prestados, em desacordo com a Portaria da Contratualização nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput, § 1º 2º, inciso I a III.

Fonte da Evidência: Termo de Auditoria do dia 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SMS 069 de 15/08/2022, o representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. C. A. P., manifestou da seguinte forma: "A Comissão de Acompanhamento e Contratualização está em fase de designação e qualificação da Equipe, contando com a participação do Curso, inclusive do médico Superintendente de Controle e Avaliação." 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: O auditado não apresentou quaisquer documentos que comprovasse o andamento da formação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, como por exemplo a comprovação de participação do Curso e da formação de Equipe. Considerando que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a inconformidade propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Criar a Comissão de Acompanhamento da Contratualização do hospital prestador, com publicação no Diário Oficial e monitorar as ações e serviços de saúde prestados, conforme a Portaria da Contratualização nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput, § 1º 2º, inciso I a III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Regulação Constatação Nº: 635818

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Em visita à SMS de Peçanha e entrevista com a chefe do Serviço de Controle Regulação e Avaliação verificou-se que não existe comissão de TFD nomeada. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS nº 55; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI art.6º § 4º.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista da chefe do SCRA, F. E. L. C. V. em 16/09/2021. (35570845)

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 o representante da SMS-Sr. C. A. P. foi notificado e não apresentou justificativa para esta constatação. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não apresentou justificativa. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Nomear a comissão de TFD, conforme a Portaria SAS nº 55; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



art.6º § 4º

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.676.062/0001-34

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636949

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O TFD não foi concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Em visita a SMS de Peçanha, entrevista com a responsável pelo SCRA e análise de documentação do período de janeiro, abril e julho/2021, dos usuários encaminhados para TFD, não foi demonstrado que o TFD é concedido apenas para os usuários do SUS, não havia um processo próprio contendo a documentação necessária ao TFD (solicitação médica do TFD com exames feitos, nota de empenho, comprovante da despesa com o recibo do pagamento ao usuário, documentação do usuário e aprovação pela Comissão TFD, contra referência se houver). Os pacientes são encaminhados no carro da secretaria ou em carro próprio. No município encaminham também como TFD tratamentos cirúrgicos. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/nº 55 de 1999, art. 1º §2º; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf

Fonte da Evidência: Lista de pacientes TFD para BH e do programa SISREG, lista de pacientes para Gov.Valadares do programa VIVER, lista de pacientes para NEO/GV dos meses de competência jan/abr e jul/21; entrevista com a responsável pelo SCRA-F.E.L.C.V. em 16/9/21.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 069/2022 da Secretaria Municipal de Peçanha, datado de 15/8/2021, o Sr.C.A.P. (representante legal da Secretaria Municipal), se manifestou - "A Constatação de que o TFD não foi concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada / contratada pelo SUS conforme legislação, já foi regularizada e hoje os usuários do sistema de transporte são devidamente monitorados e instruídos de acordo com a solicitação médica constatado do documento de Referência e Contrarreferência." 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Não foram apresentadas justificativas com documentos de Referência e Contrarreferência a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS por parte da auditada, para afastar a não conformidade, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Conceder TFD exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS de acordo com a Portaria SAS/nº 55 de 1999, art. 1º §2º; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635937

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O FMS constitui Unidade Orçamentária e Gestora de Recursos Financeiros da Saúde.

Evidência: Avaliando a documentação solicitada à entidade auditada, verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Peçanha foi criado pela Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993 e que possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de matriz : 11.676.062/0001-34 com natureza jurídica nº 133-3 de Fundo Público da Administração Direta. A partir da análise da amostra das Notas de Empenho verificou-se a regularidade e detalhamento da classificação orçamentária. Observou-se que em todas as Notas de Empenho há a identificação do favorecido e detalhamento da despesa através de um histórico objetivo constando o valor pago pelo produto adquirido ou pelo serviço prestado. Os empenhos avaliados apresentaram identificação do ordenador de despesa, do liquidante e do autorizado do pagamento, bem como a assinatura dos mesmos. Na Lei Orçamentária Anual Nº 2098/2020 no seu artigo 3º há previsão de receitas correntes para a saúde e no seu artigo 4º consta orçamento para pagamento de despesas para a saúde. O Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) do FMS de Peçanha identifica e especifica as suas despesas detalhando a execução das ações e apresentando sua classificação orçamentária. Portanto, todos estes documentos corroboraram a condição do FMS de Peçanha como uma unidade orçamentária e gestora dos recursos financeiros destinados as ações e serviços públicos de saúde. Constatação em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, artigo 14.

Fonte da Evidência: - Nota de Empenho nº 6142 de 30/12/2019 e comprovante de transferência documento nº 660.321.000.097.010 de 30/12/2019;

- Nota de Empenho nº 263 de 27/03/2020 e comprovante de transferência documento nº 660.104.000.086.146 de 27/03/2020;

- Nota de Empenho nº 901085 de 23/07/2021 e comprovante de transferência documento nº 551.111.000.007.786 de 23/07/2021;

- Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Prefeitura Municipal de Peçanha

--Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993.

- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do FMS de Peçanha.

- Lei Orçamentária Anual (LOA) Nº 2098 de 17/02/2020

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635940

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros de contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculado ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde.

Evidência: A partir da análise de documentos financeiros apresentados pelo auditado verificou-se que a conta corrente de Contrapartida Municipal denominada Prefeitura Municipal de Peçanha - Fundo Único de Saúde (FUS): 8929-X, agência: 1111-8, Banco do Brasil encontra-se vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Peçanha: 18.409.227/0001-50 e os recursos financeiros de contrapartida municipal são movimentados nesta conta. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141, artigo 2º, parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Nota de Empenho nº 5853 de 04/12/2019 e comprovante de transferência documento nº 120402 de 04/12/2019;

- Nota de Empenho nº 699 de 06/03/2020 e comprovante de transferência documento nº 030610 de 06/03/2020

- Nota de Empenho nº 1279 de 18/03/2021 e comprovante de transferência documento nº 031803 de 18/03/2021

- Extrato bancário da conta de contrapartida municipal: 8929-X, agência: 1111-8, Banco do Brasil do período de 01/08/2021 a 31/08/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1) Por meio do Ofício SMS nº 069 de 15/08/2022 o representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha (pessoa jurídica), o Senhor C.A.P. manifestou da seguinte forma: "Com relação aos recursos financeiros de contrapartida municipal não serem movimentados em conta corrente vinculado ao CNPJ do FMS. Este item cujo entendimento com a



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Empresa e profissionais de Contabilidade Municipal, ainda não tinham clara definição, mas já reunimos e ficou definido que a conta será aberta no Banco do Brasil e assim que o serviço de contabilidade o fizer enviaremos demonstrativo."

2) O Senhor, C.A.P. (pessoa física) não apresentou justificativas em relação ao relatório preliminar de auditoria.

Análise da Justificativa: 1) Avaliando a manifestação do representante legal da pessoa jurídica da SMS Peçanha, a equipe de auditoria concluiu que apesar deste ter afirmado que reuniu-se com os profissionais da contabilidade da Prefeitura Municipal para apresentar a obrigatoriedade da conta corrente que movimentava os recursos financeiros de contrapartida municipal e ter tido êxito no convencimento destes profissionais da importância desta vinculação da conta ao CNPJ do FMS de Peçanha e afirma inclusive que ficou definido que seria aberta nova conta no Banco do Brasil, este não comprova através de documentos que houve uma movimentação e ação por parte da SMS de Peçanha ou mesmo do Setor de Contabilidade da Prefeitura no sentido de sanar a inconformidade.

Considerando que não foram apresentadas justificativas documentais para afastar a inconformidade propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Recomendação: Cumprir o contido na Lei Complementar nº 141, artigo 2º, parágrafo único, fazendo a devida vinculação da conta corrente de contrapartida municipal ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde de Peçanha.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636082

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Secretário Municipal de Saúde ordena as despesas.

Evidência: Mediante análise dos documentos financeiros apresentados verificou-se que o Gestor Municipal de Saúde se encontra formalmente designado por Portaria Municipal e é o ordenador das despesas da saúde. Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993, Seção II, art.3º, incisos VII e VIII e o Decreto Estadual nº 37.924 de 16/05/1996, artigo 21 e Lei Nº 8080/1990, artigo 9º.

Fonte da Evidência: - Nota de Empenho nº 61 42 de 30/12/2019 e comprovante de transferência documento nº 660.321.000.097.010 de 30/12/2019;

- Nota de Empenho nº 263 de 27/03/2020 e comprovante de transferência documento nº 660.104.000.086.146 de 27/03/2020;

- Nota de Empenho nº 901085 de 23/07/2021 e comprovante de transferência documento nº 551.111.000.007.786 de 23/07/2021;

- Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993.

- Portaria do Município de Peçanha Nº 2.609 de 02/01/2013 de designação do Diretor de Departamento de Saúde: Carlos Antônio Passos.

- Portaria do Município de Peçanha Nº 3.813 de 17/03/2020 de nomeação do Secretário Municipal de Saúde: Carlos Antônio Passos

- Portaria do Município de Peçanha Nº 2.958 de 04/01/2021 de ratificação da nomeação do Secretário Municipal de Saúde: Carlos Antônio Passos.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636085

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde autoriza os pagamentos das despesas da saúde.

Evidência: Mediante a afirmação do Decreto Municipal de Peçanha Nº 1.358/2018, que no seu artigo 7º, parágrafo único diz que: "a competência para autorização de pagamento de despesas dos Fundos Municipais de Saúde, de Assistência Social e Educação é dos Secretários Municipais competentes corroborada com os documentos financeiros apresentados pelo auditado verificou-se que o Gestor Municipal de Saúde autoriza os pagamentos das despesas da saúde conjuntamente com o Tesoureiro do Município. Tal fato está de acordo com o que prega a Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993, Seção II, art.3º, incisos VII e VIII e o Decreto Estadual nº 37.924 de 16/05/1996, artigo 21 e Lei Nº 8080/1990, artigo 9º.

Fonte da Evidência: - Nota de Empenho nº 6142 de 30/12/2019 e comprovante de transferência documento nº 660.321.000.097.010 de 30/12/2019;
- Nota de Empenho nº 263 de 27/03/2020 e comprovante de transferência documento nº 660.104.000.086.146 de 27/03/2020;
- Nota de Empenho nº 901085 de 23/07/2021 e comprovante de transferência documento nº 551.111.000.007.786 de 23/07/2021;
- Lei Municipal Nº 1.570 de 18/02/1993.
- Decreto Municipal Nº 1.358/2018 de 01/10/2018

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 637007

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Contratos analisados com os prestadores hospitalares não estão formalizados adequadamente, não dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação aplicável.

Evidência: Contrato nº 214/2019 da SMS Peçanha com o Hospital Santo Antônio e Contrato 228/2019, que credencia clínica oftalmológica para realização de cirurgia de catarata não estão formalizados adequadamente. Verificou-se ausência de clareza e precisão nas condições para sua execução; não foram identificadas nos contratos metas quantitativas e qualitativas, nem o regime de execução e forma de fornecimento do serviço, cláusulas e condições necessárias e exigidas pela legislação vigente. Tal fato está em desacordo com a Lei 8666/1993, art. 54, parágrafo 1º, e art. 55 e 113 § 1º Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 139.

Fonte da Evidência: Cópias dos Contratos Nº 214/2019; Nº 228/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS nº 069 de 15/08/2022 o representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha (pessoa jurídica), o Senhor C.A.P. manifestou da seguinte forma: Os Processos Licitatórios nº. 091/2019 e 093/2019, e respectivos contratos (214/2019 e 228/2019) possuem objetivos termos de referência dos serviços demandado pela municipalidade, respectivos fundamentos e neles as condições de execução e metas quantitativas e qualitativas. Ainda, nos mesmos processos, e possível observar que instrumentos como Edital, anexos, atas, documentos de adjudicação, homologação, parecer jurídico e afins estão presentes. Registre-se, por pertinente, que o contexto dos fatos e a natureza das inadequações apontadas permite admitir a existência de boa-fé pelo Gestor, e, assim, sua ausência de culpabilidade. De outro lado, não há que se cogitar em improbidade administrativa decorrente do intuito de praticar ato de gestão ilegal ou ilegítimo, ou ainda, apto a causar dano ao erário.

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: A Lei 8666/1993, art. 54, parágrafo 1º, art. 55 e 113 § 1º determina cláusulas e condições necessárias e exigidas nos contratos firmados: clareza e precisão nas condições para sua execução; metas quantitativas e qualitativas, o regime de execução e forma de fornecimento do serviço. Considerando a justificativa



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



apresentada, ausência de dano ao erário, a comprovação da existência de documentação exigida pela legislação, a boa fé e o esforço da SMS para a adequação às normas e qualificação dos servidores para o exercício de suas funções, inclusive com contratação de empresa de assessoria/consultoria para capacitação destes a justificativa foi acatada.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 637086

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os Contratos formalizados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável.

Evidência: A partir da análise dos documentos apresentados pelo auditado constatou-se que a SMS de Peçanha possui 2 contratos de prestação de serviços hospitalares com prestadores do Município: Contrato nº 214/2019, Processo Nº 091/2019 de 17/10/2019, inexigibilidade Nº 009/2019 credenciamento de Hospital; Contrato 228/2019, Processo Nº 93/2019 de 31/10/2021, inexigibilidade de licitação Nº 011/2019 credenciamento de Clínica Oftalmológica. Todos os contratos foram precedidos de processos licitatórios. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Art. 132, § 1º e 2º, com a Lei 8666/1993, Art. 25 Inciso I e Art.38. .

Fonte da Evidência: Cópia das capas dos Processos: Nº 091/2019 Inexigibilidade Nº 009/2019 e Nº 93/2019 Inexigibilidade Nº 011/2019

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 637089

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os Processos licitatórios dos contratos formalizados com os prestadores hospitalares de serviços ao SUS não estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

Evidência: Na análise documental observou-se que os processos licitatórios que precederam o credenciamento dos prestadores de Serviços não estão devidamente instruídos. Encontrou-se ausência de documentação exigida pela legislação como edital ou convite e respectivos anexos atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora, documentos da adjudicação do objeto da licitação e sua homologação e aprovação por assessoria jurídica da Administração. Tal fato está em desacordo com a Lei 8666/1993, Art.38, incisos I, II, V, VII e § único, art. 100, 102, 113 § 1º.

Fonte da Evidência: Processo Nº 93/2019 de 31/10/2019, Inexigibilidade Nº 011/2019

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS nº 069 de 15/08/2022 o representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Peçanha (pessoa jurídica), o Senhor C.A.P. manifestou da seguinte forma: nos Processos Licitatórios nº. 091/2019 e 093/2019, e respectivos contratos (214/2019 e 228/2019) é possível observar que instrumentos como Edital, anexos, atas, documentos de adjudicação, homologação, parecer jurídico e afins estão presentes. Registre-se, por pertinente, que o contexto dos fatos e a natureza das inadequações apontadas permite admitir a existência de boa-fé pelo Gestor, e, assim, sua ausência de culpabilidade.

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 282/2022, a pessoa física - Sr. C. A. P. foi notificada e não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: A inexigibilidade, nos Processos Licitatórios nº. 091/2019 e 093/2019, no caso da SMS de Peçanha se caracteriza por ter um único prestador. De acordo com o artigo 25 da Lei de Licitações, essa inexigibilidade



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



deverá ser justificada e instruída em processo administrativo próprio, devidamente autuado, com os seguintes elementos que venham comprovar de maneira indiscutível a inviabilidade de competição: caracterização da contratação e do prestador; justificativa do preço; razão da escolha do prestador para a complementação da rede de serviços de saúde, considerando as referências pactuadas regionalmente; valores de referência de remuneração. Considerando a justificativa apresentada, a comprovação da existência da documentação exigida pela legislação, a boa fé e o esforço da SMS para a adequação às normas e qualificação dos servidores para o exercício de suas funções, inclusive com contratação de empresa de assessoria/consultoria para capacitação destes a justificativa foi acatada.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 676.062/0001-34

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 20/06/2022

Ofício Nº: 2812022

Data: 20/06/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa jurídica - Secretário Municipal de Saúde de Peçanha Sr. CARLOS ANTONIO PASSOS

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 20/06/2022

Ofício Nº: 2822022

Data: 20/06/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
Observações: Ofício relatório preliminar - pessoa física				

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 281/2022 foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 669/2022 ao Secretário Municipal de Saúde, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 27/6/22 conforme AR nº JU 90299573 8 BR.

Em 15/8/22, o Secretário Municipal de Saúde encaminhou tempestivamente a manifestação por meio do Ofício nº 069/22, assinado pelo Sr. C.A.P. - Secretário Municipal de Saúde. Essas justificativas foram analisadas pela equipe responsável pela auditoria.

VIII - CONCLUSÃO

O objetivo de avaliar a gestão do Sistema Municipal de Saúde (SMS) de Peçanha, no que se refere ao Serviço de Controle e Avaliação, ao Componente Municipal de Auditoria e ao Fundo Municipal de Saúde, foi alcançado.

Foram apontadas constatações não conformes no Relatório Preliminar para as quais a auditada (SMS), apresentou justificativas na defesa preliminar sem envio dos documentos que comprovassem as alegações.

O avanço na gestão de saúde municipal depende da adequação de ações dentro da esfera municipal de atuação, corrigindo as não conformidades apontadas. Para isso, foram feitas recomendações, em atenção à legislação vigente; com vistas à melhoria da assistência à saúde e à gestão municipal da saúde.



Encaminhamentos:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 669 para conhecimento e interposição de recurso em 2ª instância:

1- Ofício de Aplicação de Penalidade à SMS de Peçanha.

2- Ofício de Notificação ao Sr. C.A.P (P.FISICA).

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do Processo Administrativo será dada ciência:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Peçanha informando o resultado da auditoria.
2. À Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF

